

## Ata de Reunião

### 1. IDENTIFICAÇÃO

#### Projeto: Uniformização dos Dados nos Sistemas Administrativos

Data: 07 de fevereiro de 2017

Local: Sala 307-A, Prédio Sede

Horário: das 15h às 16h30min

### 2. PARTICIPANTES

**Carolina da Silva Ferreira**, Assessora-Chefe da AGE;

**Francisco José Fetter Furtado**, Assistente da AGE;

**Rodrigo Menezes Citrin**, Assistente da AGE;

**Luís Fernando Lourenço**, Assistente-chefe da Seção de Ingresso e Remoção;

**Margarete de Souza Domingues**, Assistente-chefe da Seção de Funções Comissionadas;

**Cristina Schmidt**, Coordenadora da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas;

**Rubilar da Silva Jardim**, Assistente-chefe da Seção de Desenvolvimento de Sistemas Administrativos;

**Michel Barreto da Silva**, Assistente da Seção de Desenvolvimento de Sistemas Administrativos;

### 3. OBJETIVOS

Alinhar as informações e necessidades no sistema RH.

### 4. PAUTA

A pauta foi proposta na forma de questionamentos da AGE:

1. Como é feito o trânsito de cargos e funções entre os gabinetes dos desembargadores que estão atuando na administração e os gabinetes da administração?
2. Qual o critério temporal para a definição/revisão da lotação ideal?
3. Como é feito o controle dos “empréstimos” de cargos e funções entre as unidades do tribunal?
4. Existe um mapa de cargos e funções do tribunal? É possível responder à pergunta “Qual cargo eu ocupo?”

### 5. RELATOS E PROVIDÊNCIAS

Carolina questionou acerca da existência de controle específico para a lotação adotada de Agentes de Segurança nas unidades do tribunal, tendo sido informado pela Cristina que não existe tal campo de controle.

Definida a criação de novo campo no cadastro de lotações para o registro do número de **Agentes de Segurança** adotado em cada unidade do tribunal.

SETIC irá estimar complexidade e prazo para implementação.

Carolina indagou se o sistema mantém um registro do histórico de lotações adotadas para cada setor, sendo informado não existir tal ferramenta no sistema.

Definida a criação de um módulo para registrar o histórico para os campos “Oficial de Justiça”, “Agente de Segurança” e “Número de Servidores Ideal” no cadastro de Lotações.

SETIC irá estimar complexidade e prazo para implementação.

Carolina questionou acerca da existência de algum critério temporal para que as lotações adotadas sejam revisadas ou lançadas no sistema. Informado que não há marco temporal pré-estabelecido para o lançamento/revisão das lotações adotadas, sendo alteradas conforme as respectivas determinações e data constantes nas portarias.

Carolina argumentou que os gabinetes dos desembargadores atuando na administração não

tem movimentação processual, portanto, não se justificaria haver funções comissionadas e cargos em comissão lotados nos respectivos gabinetes. Margarete irá pesquisar se existe alguma norma regulando esta situação.

Pré-definido que cargos e funções dos Gabinetes dos desembargadores atuando na administração deverão ser lotados nos respectivos gabinetes administrativos.

Cristina questionou se haveria a possibilidade de criação de mecanismo para alteração em lote das lotações de “Oficial de Justiça”, “Agente de Segurança” e “Número de Servidores Ideal”.

SETIC irá estimar complexidade e prazo para implementação de funcionalidade de inclusão/alteração “em lote” para um conjunto de lotações para cada um dos históricos dos campos “Oficial de Justiça”, “Agente de Segurança” e “Número de Servidores Ideal” no cadastro de Lotações.

Margarete igualmente perguntou se haveria a possibilidade de criação de mecanismo para transpor “em lote” as funções comissionadas de uma lotação para outra.

SETIC irá estimar complexidade e prazo para implementação de funcionalidade para transpor “em lote” as funções comissionadas de determinada lotação no cadastro de Funções Comissionadas.

Carolina perguntou se existe no sistema algum código de identificação para mapear os cargos e as funções do tribunal, sendo informado pelo Rubilar que o sistema não dispõe desta funcionalidade.

Consenso entre os presentes que todos os cargos, FCs e CJs e pessoal deverão possuir código de identificação para melhor controle da respectiva localização.

Após debate sobre a contagem equivocada de FCs e CJs nas unidades do tribunal, quando a informação é obtida através do BI, Cristina informou que o e-Gestão e o BI estão lendo as informações relativas às FCs e CJs de locais diferentes, gerando informações divergentes.

Carolina questionou se o sistema permite o controle dos cargos e funções “emprestados” para outros setores.

Cristina informou que não há este tipo de controle, relativo aos cargos “emprestados” a outros setores/unidades.